

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

2022



31 DE MARÇO DE 2023



ÍNDICE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022

ÓRGÃOS SOCIAIS	1
INTRODUÇÃO.....	2
I. ACÇÕES DESENVOLVIDAS.....	4
1. Diálogo Institucional.....	4
II. EQUIPAMENTOS SOCIAIS	7
1. LAR NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA/CHAVES.....	7
2. LAR NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO/VIDAGO.....	8
3. LAR DE SANTA ISABEL / VILAR DE NANTES.....	8
4. CENTRO SOCIAL DE CASAS DOS MONTES	8
5. CENTRO SOCIAL DE VILARELHO DA RAIA	9
6. CASA DE ACOLHIMENTO (Escola de Artes e Ofícios)	9
7. Apoio à Terceira idade.....	10
8. Apoio à Infância.....	12
9. Apoio à Infância e Juventude	12
III. EQUIPAMENTOS RELIGIOSOS.....	13
Igreja da Misericórdia	13
Capela do Senhor do Calvário.....	13
Nicho do Senhor dos Passos	13
IV. ADMINISTRAÇÃO GERAL DA IRMANDADE.....	14
Gestão do Património	14
Serviços Operativos.....	14
1. Gestão Económica e Financeira	15
2. Perspetivas	20
3. Proposta de aplicação de resultados	20
4. Nota final	21
RELATÓRIOS DE CONTAS 2022	
1. CONTAS DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2022.....	22
2. BALANÇO	23
3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	24
4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	25



5.	ANEXO	26
5.1	Identificação da Identidade.....	26
5.2	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	26
5.2.1	Indicação do referencial contabilístico.....	26
5.3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	27
5.3.1.	Principais políticas contabilísticas:	27
5.4	Ativos fixos tangíveis	34
5.5	Custos de empréstimos obtidos.....	36
5.6	Inventários.....	36
5.7	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	37
5.8	Subsídios e outros apoios das entidades públicas.	37
5.9	Instrumentos financeiros	38
5.10	Benefícios dos empregados.	41
5.11	Acontecimentos após a data de balanço.	42
5.12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	42
5.13	Outras divulgações.	43
5.13.1	Caixa e depósitos bancários.	43
5.13.2	Créditos a receber e outros ativos correntes.....	43
5.13.3	Estado e Outros Entes Públicos.....	44
5.13.4	Diferimentos.....	44
5.13.5	Fornecedores e outros passivos correntes.	45
5.13.6	Rédito.	46
5.13.7	Subsídios.....	46
5.13.8	Fornecimentos e serviços externos.....	47
5.13.9	Gastos com o pessoal.....	47
5.13.10.	Outros rendimentos.	48
5.13.11.	Outros gastos.	48



C. T. V. / 11

[Handwritten signatures]

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

- Presidente Helder Amadeu Batista Sá
- Secretário efetivo Joaquim Tomaz
- Secretário efetivo Luís Manuel Geraldês Teixeira de Araújo

Mesa Administrativa

- Provedor Jorge Alexandre Rodrigues Pinto de Almeida
- Vice- Provedor Anselmo José Martins
- Secretário Carlos Fernando Aires Latoeiro
- Tesoureiro Carlos Manuel da Costa Silva
- Vogal efetivo Marco Paulo de Carvalho Terrão
- Vogal efetivo Amílcar Augusto Costa Gonçalves
- Vogal efetivo António Joaquim Pinto Dias
- Vogal suplente Américo Nunes Peres
- Vogal suplente Maria José Pessoa
- Vogal suplente Sónia Cristina Adães Ferreira
- Vogal suplente Eduardo Amílcar Teixeira da Cruz

Conselho Fiscal/Definitório

- Presidente Jorge Gualdino Lourenço Melo
- Vogal efetivo Vítor Manuel Salgado Dias
- Vogal efetivo Fernando José Ramos
- Suplente Manuel Pedro Oliveira Branco Teixeira
- Suplente Valdemar Pereira Correia
- Suplente Júlio José Nascimento



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2022



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2022

Handwritten signatures and initials:
C. V. J. / 11
A. S.
C. V. J.
A. S.
C. V. J.

INTRODUÇÃO

O presente documento - Relatório de Atividades e Conta de Gerência do ano de 2022, pretende levar ao conhecimento da Assembleia Geral de Irmãos o trabalho desenvolvido ao longo do ano transato, colocando o mesmo à apreciação e votação dos Digníssimos Irmãos, num ano muito difícil, resultante da guerra na Europa, com uma inflação galopante que originou um aumento do custo de vida. Foi muito importante o envolvimento, esforço e dedicação dos trabalhadores/colaboradores, no desempenho das suas funções, com a preocupação de minimizar os custos através de boas práticas.

Neste ano atípico, sempre que possível, foram promovidas ações cujo intuito foi difundir o espírito de solidariedade, nomeadamente com as pessoas em situação de dificuldades ou em exclusão social, e retomados gradualmente os convívios nos espaços físicos da Misericórdia, para os utentes acolhidos.

Cientes dos constrangimentos de natureza económica e financeira com que esta Instituição se depara há vários anos, e com aqueles que surgiram durante o nosso mandato, dificultando a reestruturação pensada inicialmente, entendemos que com a abertura da nova ERPI, teremos mais condições para continuar a reestruturação financeira da Santa Casa da Misericórdia de Chaves.

Em consequência de atualizações salariais e aumentos anuais do salário mínimo nacional, a rubrica de custos com o pessoal continua a ter uma grande expressão no cômputo geral dos custos da Instituição. Embora o número de colaboradores tenha reduzido em 2022, o custo com esta rubrica não reflete tal redução pelo anteriormente mencionado.

Em 2022 foi concluída a obra iniciada em 2021, através da empresa EDIBARRA, da empreitada Centro Social de Casas dos Montes – Alteração e Ampliação do Lar, que irá albergar os utentes em acordo de cooperação das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas do Lar Nossa Senhora da Misericórdia e Lar Pe. Justino Magalhães (65+14). Esta



infraestrutura albergará oitenta utentes. Aguardamos a colocação da Luz para finalizar os procedimentos necessários à abertura.

Com determinação, motivados e unidos, pugnando pelos superiores interesses da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, no início de um novo mandato, continuaremos a trabalhar no sentido de atingir os objetivos a que nos propusemos, sempre com foco no cumprimento da Missão desta secular Instituição.

Chaves, 14 de março de 2023

A Mesa Administrativa

Luís António de Almeida
Américo Fari
Paulo António Calheta
Paulo Fernando Antunes
António Augusto de Castro
Carlos Manuel da Costa Silva
Américo Nunes Reis



I. ACÇÕES DESENVOLVIDAS

1. Diálogo Institucional

Tendo em conta a importância de um diálogo permanente e profícuo com todos os seus parceiros, a Santa Casa da Misericórdia de Chaves procurou manter uma comunicação permanente e estratégica com vista à partilha de ganhos, nomeadamente através da cooperação com a Segurança Social, Instituto de Emprego e Formação Profissional, União das Misericórdias Portuguesas, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social, Câmara Municipal de Chaves, Diocese de Vila Real, Delegação de Chaves da Cruz Vermelha Portuguesa, Serviços de Saúde, Instituições Financeiras, Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa e Agrupamentos Escolares.

Estabelecemos ainda diálogo institucional com os Sindicatos dos trabalhadores desta Instituição numa lógica de convergência de esforços e objetivos.

A Santa Casa da Misericórdia de Chaves, enquanto associada da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) e da Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade Social (CNIS), recebeu o apoio destas Instituições que, para além de facilitadores das relações Institucionais com outros parceiros, permitiram a esta Instituição manter-se permanentemente informada/atualizada em matéria de legislação emergente e boas práticas na prestação dos serviços aos utentes.

A Câmara Municipal de Chaves continua a ser um forte parceiro desta Instituição através de apoios pontuais, sempre que solicitados, e do protocolo assinado em 2019, por dez anos, relativo a uma comparticipação financeira no valor de setenta mil euros anuais para apoio ao investimento, o que contribuirá enormemente para a sustentabilidade da Instituição.



2. Recursos Humanos

No que respeita a esta rubrica e dada a importância da mesma em qualquer organização, nomeadamente nesta, cujo produto final é a prestação de serviços a pessoas, feito por pessoas, foram consideradas todas as possibilidades de redução de custos e acréscimo de qualidade no serviço prestado através das seguintes medidas:

- **Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar** – no ano 2022 submetemos uma candidatura que se consubstancia num apoio financeiro às instituições em que a remuneração mensal média dos Educadores de Infância é superior a 1 154.70€ (mil cento e cinquenta e quatro euros e setenta cêntimos). A Santa Casa da Misericórdia de Chaves apresentou candidatura neste âmbito e irá receber um apoio de cerca de 1 380,00€ (mil trezentos e oitenta euros).
- **Candidaturas ao programa Medida de Apoio ao reforço de Emergência e Equipamentos Sociais e de Saúde (MAREESS)**, do IEFP - uma medida temporária e excecional que consistiu no apoio à realização de trabalho socialmente necessário para assegurar a capacidade de resposta das instituições do setor solidário com atividade na área Social e da Saúde. Através desta medida recebemos, no ano de 2022, catorze trabalhadores nos diversos equipamentos sociais da Instituição.
- **Candidaturas à Medida Contrato Emprego Inserção e Inserção+ (CEI e CEI+)**, do IEFP - esta medida apoia a realização de trabalho socialmente necessário por parte de desempregados beneficiários de subsídio de desemprego ou de subsídio social de desemprego, e possibilitou o envolvimento de sete trabalhadores em dois equipamentos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Chaves.
- **Estágios Profissionais – Medida Ativar.pt**, do IEFP, através dos quais foi possível reforçar os cuidados diretos ao idoso em algumas respostas sociais que esta Instituição disponibiliza, nomeadamente através de Psicólogos e Auxiliares de Saúde, fundamentais para a manutenção da saúde física e mental dos nossos utentes.

Handwritten signatures and initials:
- Top right: *catoy/11*
- Middle right: *APAS*
- Below APAS: *Ar*
- Further down: *T. can*
- Below T. can: *my*
- Bottom right: *AGes*



- **Estágios curriculares** - no âmbito do protocolo de cooperação que existe com entidades do Ensino Superior, acolhemos quatro estágios, numa lógica de ganho para ambas as partes, contando com o conhecimento adquirido pelos profissionais e a oportunidade que lhes é conferida de colocar esse conhecimento em prática.

- **Formação Modular cofinanciada** - Foi possível, durante o ano de 2022, avançar com o Plano de Formação elaborado com base no levantamento das necessidades formativas dos colaboradores, cumprindo simultaneamente com a legislação em vigor no que a esta matéria diz respeito.

Ações de formação desenvolvidas: Segurança e Saúde no Trabalho – Situações Pandémicas/Epidémicas; Técnicas de Posicionamento, Mobilização Transferência e Transporte e Cuidados na Alimentação e Hidratação.

Estas ações foram destinadas aos colaboradores das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, nomeadamente do Lar Nossa Senhora da Misericórdia, Lar Pe. Justino Magalhães e Centro Social de Vilarelho da Raia.

3.Externalização de serviços

Com o intuito de caminhar para uma maior eficiência e eficácia dos serviços prestados, durante o ano de 2022, continuamos a apostar na externalização de alguns serviços que, pela sua natureza, revelam uma necessidade de gestão mais profissional de modo a garantir o cumprimento das disposições legais e a prestação de um serviço cada vez mais eficiente:

- Serviço de confeção de refeições
- Serviço de lavandaria
- Segurança, Saúde e Higiene no Trabalho
- Renting de viaturas



[Handwritten signatures and initials]

II. EQUIPAMENTOS SOCIAIS

1. LAR NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA/CHAVES

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, situada no centro histórico da cidade de Chaves, tem capacidade e acordo de cooperação com a Segurança Social para 65 utentes em regime de internamento.

Centro de Dia, com capacidade para 40 utentes e acordo com a Segurança Social para 32.

Serviço de Apoio Domiciliário, com capacidade para 65 utentes e acordo para 52.

Programa de Emergência Alimentar

Cantinas Sociais, com capacidade para 50 refeições/diárias, com Protocolo de Colaboração com a Segurança Social para a totalidade dos utentes.

Com a desativação em finais de 2019 de uma ala do edifício onde funciona esta Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), ficaram por preencher trinta e três vagas protocoladas, o que pressupôs ainda ao longo do ano de 2022 uma perda muito significativa das receitas referente à verba oriunda das participações da Segurança Social, assim como das participações familiares.

A aprovação da Candidatura do Projeto para a ampliação e alteração do Lar Padre Justino Magalhães, em Casas dos Montes, permitirá acolher os 65 utentes protocolados para esta ERPI assim como os 14 acolhidos no referido Lar.

A obra em curso desde janeiro 2020, resultante de uma candidatura ao Programa Norte 2020 – “Centro Social de Casas dos Montes – Alteração e Ampliação do Lar”, decorre dentro da normalidade e dos prazos previstos. Este empreendimento permitirá a requalificação do edifício do Lar Pe. Justino Magalhães e o acolhimento dos utentes em acordo de cooperação da ERPI Lar Nossa Senhora da Misericórdia.



(Handwritten signatures and initials)

2. LAR NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO/VIDAGO

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, situada na Vila de Vidago, tem capacidade para 65 utentes em regime de internamento, com acordo de cooperação com a Segurança Social para 60 dos utentes.

Serviço de Apoio Domiciliário, com capacidade para 30 utentes e acordo com a Segurança Social para 15.

Creche, com capacidade para 40 crianças e acordo de cooperação com a Segurança Social para 32, celebrado em novembro de 2022, com efeitos a setembro do mesmo ano.

Programa de Emergência Alimentar

Cantinas Sociais, com capacidade para 48 refeições/diárias, com Protocolo de Colaboração com a Segurança Social para a totalidade dos utentes.

3. LAR DE SANTA ISABEL / VILAR DE NANTES

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, situada na freguesia de Vilar de Nantes, tem capacidade para 65 utentes em regime de internamento, com acordo de cooperação com a Segurança Social para 60 utentes.

Serviço de Apoio Domiciliário, com capacidade para 20 e acordo com a Segurança Social, para a totalidade dos utentes.

4. CENTRO SOCIAL DE CASAS DOS MONTES

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, situada no lugar de Casas dos Montes, freguesia de Santa Maria Maior, tem capacidade e acordo de cooperação com a Segurança Social para 14 utentes em regime de internamento.



Esta estrutura encontra-se a funcionar provisoriamente nas instalações da Escola de Artes e Ofícios, as quais foram devidamente adaptadas para o efeito.

Pré-Escolar, com capacidade para 46 crianças e acordo de cooperação com a Segurança Social para 33.

Creche, com capacidade para 56 crianças e acordo de cooperação com a Segurança Social para 44.

5. CENTRO SOCIAL DE VILARELHO DA RAIÁ

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, situada na freguesia de Vilarelho da Raia, tem capacidade e acordo de cooperação com a Segurança Social para 14 utentes em regime de internamento.

Serviço de Apoio Domiciliário, com capacidade para 30 utentes e acordo de cooperação para 10 utentes.

6. CASA DE ACOLHIMENTO (Escola de Artes e Ofícios)

Lar de Infância e Juventude, estrutura residencial para crianças e jovens em perigo, com acolhimento prolongado em regime de internato, com capacidade e acordo de cooperação para 50 utentes.

Centro de Acolhimento Temporário, estrutura residencial de acolhimento temporário de curta duração em regime de internato, com capacidade e acordo para 20 utentes.

Em 2022, o Lar de Infância e Juventude e o Centro de Acolhimento Temporário, continuaram a funcionar com uma ocupação média mensal inferior a 50% da capacidade de acolhimento existente.

Sendo que a gestão das vagas destas respostas sociais são da responsabilidade da Segurança Social, sendo a monitorização deste procedimento alheia à Misericórdia, a capacidade encontra-se subproveitada e, apesar da publicação da Lei 142/2015 de 8



de setembro, no sentido da adequação destas respostas sociais a uma nova resposta designada por Casa de Acolhimento, ainda não foi possível definir os termos nos quais funcionará de futuro uma vez que não há orientações.

7. Apoio à Terceira idade

ERPI'S – Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas

As Estruturas Residenciais para Idosos são as respostas sociais com maior expressão nesta Instituição pois alojam cerca de duzentos idosos de forma permanente, em situação de maior ou menor independência/autonomia, beneficiando da intervenção de equipas técnicas multidisciplinares, com profissionais experientes que proporcionam um apoio biopsicossocial e cuidados de saúde.

O longo do ano transato, continuamos a implementar os Planos de Contingência elaborados com o objetivo de salvaguardar o bem-estar dos utentes, minimizando o risco de contágio e/ou limitando a sua propagação no interior das instalações.

Das várias medidas e procedimentos adotados, salientamos a utilização consciente de equipamentos de proteção individual no desenvolvimento das funções de todos os trabalhadores.

Foram retomadas gradualmente as saídas dos utentes por lazer e as visitas dos familiares, respeitando o distanciamento e as medidas de proteção necessárias à preservação da saúde dos utentes por risco de contágio, dando continuidade à prática de comunicação com a família e amigos através de meios digitais, iniciada aquando da pandemia.

As atividades de animação sociocultural foram retomadas, individualmente e em grupo, adaptadas às novas contingências.

Nestas respostas sociais foi possível assinalar a celebração da época litúrgica da Páscoa e do Natal, com animação religiosa e tarde recreativa, assim como os dias festivos conforme planificação estabelecida.



SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário é uma resposta social que garante a satisfação das necessidades biopsicossociais e o bem-estar dos utentes, respeitando a sua permanência no domicílio, de forma a retardar a institucionalização. Esta resposta é procurada devido a situações clínicas e ao aumento do grau dependência dos cidadãos. Trata-se de um serviço cuja frequência oscila em função das necessidades dos próprios utentes.

Ao longo de 2022, através desta resposta social, foi possível socorrer situações emergentes, encaminhadas por outras Entidades ou detetadas pelos nossos serviços, que não podendo ser enquadradas noutras respostas sociais, beneficiaram de serviços essenciais como alimentação, higiene pessoal, higiene habitacional e tratamento de roupa.

CD – Centro de Dia

O Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia de Chaves oferece aos seus utentes atividades socioculturais que procuram, antes de mais, ir ao encontro dos seus gostos e necessidades, procurando a dinamização do dia a dia.

Para o efeito, foram pensadas e realizadas atividades com objetivos concretos e exequíveis perante as limitações do próprio edificado, garantindo um cuidado permanente a todos quantos procuraram esta resposta social.

Cantina Social

A Cantina Social surgiu como uma resposta de intervenção no âmbito do Programa de Emergência Alimentar e permite assegurar aos utentes refeições diárias (almoço e/ou jantar), destinadas ao consumo externo.

As pessoas que beneficiam de Cantina Social são maioritariamente beneficiários do Rendimento Social de Inserção, pessoas com emprego precário ou pontual e, ainda, pessoas em situação de sem abrigo.



No ano de 2022 mantiveram-se as solicitações de Cantina Social motivadas por situações de famílias que viram as suas condições de vida cada vez mais agravadas.

Handwritten signatures and initials:
C. Lopez
S. S.
A. A.
C. C.
M. M.
A. A.

8. Apoio à Infância

As respostas de Creche e Jardim de Infância, sitas no lugar de Casas dos Montes, e a resposta Creche, sita em Vidago, desenvolveram as atividades possíveis inseridas no Projeto Educativo, constantes no plano anual de atividades, privilegiando o habitual relacionamento com os pais/encarregados de educação e a comunidade em geral, contando em todo o momento com as medidas de prevenção de risco de contágio de doença.

9. Apoio à Infância e Juventude

Ao longo de 2022, foram desenvolvidas diversas atividades com as crianças e jovens residentes na Instituição com o intuito de trabalhar a inclusão social e cidadania. Procurámos manter a ocupação de tempos livres e prática de desporto dentro do espaço físico onde residem os jovens, considerando que estas práticas despertam o bem-estar físico, emocional e social, assegurando ainda todo o acompanhamento que pressupõe a sua permanência na Casa de Acolhimento.

Em tempo de férias letivas, e sempre que possível, foram promovidas diversas atividades lúdicas no exterior, cumprindo com as medidas de prevenção do risco de contágio.



III. EQUIPAMENTOS RELIGIOSOS

1. Igreja da Misericórdia

Promove toda a atividade religiosa, incluindo a eucaristia diária (suspensa em época de pandemia), funcionando também como casa mortuária.

Dados o seu valor histórico, recebe ainda inúmeras visitas individuais e guiadas em grupo.

2. Capela do Senhor do Calvário

Funciona pontualmente como casa mortuária e tem como atividade religiosa principal a celebração da Via-Sacra.

3. Nicho do Senhor dos Passos

Nicho situado num pequeno Largo no encontro das ruas Padre Joaquim Fontoura com a rua do Aljube, mais conhecida como a antiga Rua do Anjo. A sua construção remonta ao século XVII.



IV. ADMINISTRAÇÃO GERAL DA IRMANDADE

Gestão do Património

Continuamos a proceder à intervenção necessária para uma correta identificação, registo e avaliação do património da Instituição.

Este processo tem sido feito gradualmente porque carece de procedimentos que acarretam custos significativos e requerem tempo.

Serviços Operativos

Os serviços operativos da Santa Casa permitem que haja uma constante intervenção ao nível das necessidades de pequenas obras de beneficiação e reparação que surgem diariamente nos diversos equipamentos sociais.

Das intervenções verificadas, no âmbito das especialidades necessárias: construção civil, pichelaria, carpintaria e eletricidade, apenas recorremos a serviços externos em circunstâncias em que a especificidade da intervenção ou a sua dimensão o justificaram.



1. Gestão Económica e Financeira

O ano de 2022 marcou o início de um novo conflito militar que abalou o mundo. Numa altura em que já se caminhava no sentido da recuperação económico-financeira pós- crise pandémica covid19, eis que - na madrugada de 24 de fevereiro - a ameaça que pairava a leste concretizou-se e a guerra regressou à Europa. A Rússia resolvera invadir a Ucrânia num culminar mais agressivo que o esperado para as tensões que até ali se tinham vivido entre os dois países.

Esta guerra expos a União Europeia (EU) a um conjunto de fragilidade. Foi incapaz de defender de forma eficaz os seus valores da liberdade, da democracia e do respeito pela soberania dos Estados, em grande parte, devido à sua – cada vez maior -insuficiência militar e dependência energética, de onde se destacam o petróleo russo (com 2,3 milhões de barris diários), o gás natural russo (com 40% da quantidade importada), e os cereais ucranianos (a Ucrânia era o quarto mercado mais importante de importações agroalimentares para a União Europeia, especialmente milho e trigo.)

Toda esta ‘movimentação’ assustou os mercados, provocando naturalmente, a consequente a degradação do comércio mundial.

O ano ficou ainda marcado por diversos solavancos políticos, sociais e culturais por todo o mundo.

A inflação em 2022 foi, oficialmente, de 8,4% na zona euro (de 7,8% em Portugal), um disparo significativo face aos 2,6% de 2021 (de 1,3% em Portugal). Desde 1992 que não havia uma variação anual da inflação tão elevada.

Desempenho económico-financeiro

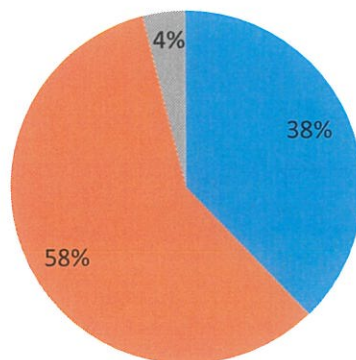
Ao contrário de que acontece nas instituições que visam o lucro, em que é relativamente fácil obter ferramentas que permitam a avaliação do desempenho, nas instituições da ‘designada’ economia social (uma vez que têm como finalidade a satisfação de necessidades da comunidade) pode não ser assim tão linear.

No entanto, parece-nos apropriado avaliar o desempenho económico-financeiro da instituição, tendo em conta a sua evolução histórica (2021 → 2022).

Handwritten signatures and initials:
S. T. /
A. /
S. /
can /
my /
ACS

Rendimentos

- Vendas e serviços prestados
- Subsídios, doações e legados à exploração
- Outros rendimentos e ganhos



Vendas e serviços prestados

O valor desta rubrica apresenta uma variação negativa de 4,99% (-93m€) face ao período anterior. Esta diminuição ocorre, devido a uma alteração – contabilística - na forma em como se passaram a mesurar, os rendimentos obtidos nos designados 'Jogos Sociais'. Caso contrário, teríamos atingido uma verba nominal na ordem dos 1.970m€, o que representaria um crescimento de 11,30% face ao exercício de 2021.

Subsídios, doações e legados à exploração

O valor desta rubrica apresenta um aumento de 11,27% (+289m€) face ao período homólogo. Nesta rubrica estão predominantemente incluídos os valores transferidos no âmbito dos acordos estabelecidos com a segurança social. A comparticipação mensal por utente, em lares de idosos, subiu 8,5%, de 433 euros para 470 euros/mês, já para os centros de dia, subiu 12%, de 125 euros para 140 euros/mês. No que diz respeito às creches, a Segurança Social passou a pagar 460,00€/mês por criança, nascidas após 1 de setembro 2021, dando cumprimento à medida de gratuidade das creches, preconizada pelo atual Governo.

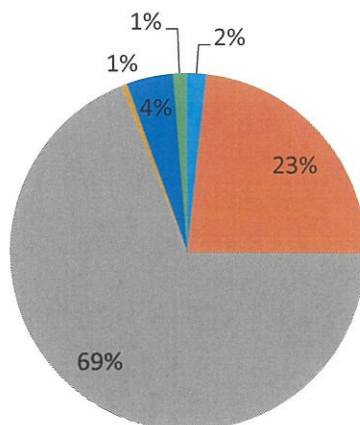
Outros Rendimentos e ganhos

O valor desta rubrica apresenta uma oscilação positiva de 24,44% (+36m€) face ao exercício de 2021.

[Handwritten signatures and initials]

Gastos

- CMVMC
- FSE
- Gastos com pessoal
- Outros gastos e perdas
- Depreciações
- Gastos de financiamento



Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O valor desta rubrica apresenta uma variação negativa de 71,67% (-210m€) face ao período anterior. Esta diminuição ocorre, devido a uma alteração – contabilística - na forma em como se passaram a mesurar, os rendimentos obtidos nos designados “Jogos Sociais”. Por correspondência direta – mas na vertente de custos - com o referido na rubrica Vendas e serviços prestados.

Fornecimentos e serviços externos

O valor desta rubrica apresenta um aumento de 7,49% (+76m€) face ao respetivo período homólogo. Esta oscilação decorre do aumento que se tem verificado no custo da energia, provocado pela enorme crise energética que se instalou na Europa com o despoletar da guerra na Ucrânia.



Gastos com pessoal

Esta rubrica representa uma parte importante (a que tem maior peso relativo) dos custos operacionais desta instituição.

Uma boa gestão de recursos é essencial para qualquer entidade, com ou sem fins lucrativos, no entanto tem uma importância acrescida para o sector da economia social dado que os recursos qualificados – apesar de extremamente importantes e necessários - são escassos e de difícil obtenção.

Em termos quantitativos, a estrutura é composta por um número médio de trabalhadores que no ano de 2022 foi de 234.

Em termos financeiros, esta rubrica apresentou um aumento de 5,30% (+163m€) face ao exercício de 2021. Esta oscilação é justificada - na sua grande parte – pela subida generalizada dos custos salariais, em consequência do respetivo aumento do SMN.

Outros gastos e perdas

O valor desta rubrica apresenta um decréscimo de 45,05% (-15m€) face ao período anterior. A referida diminuição deveu-se ao facto de não ter sido necessário realizar, contrariamente ao ocorrido no exercício de 2021, a qualquer correção relativa a um período anterior.

Depreciações

O valor desta rubrica apresenta uma diminuição de 3,6% (-7m€), o que representa – tendo em conta o plano de investimento a decorrer - uma oscilação de pouca relevância. A depreciação (amortização) de um bem corresponde à imputação sistemática da quantia depreciável de um ativo durante a sua vida útil. A vida útil do ativo corresponde ao período durante o qual uma entidade espera que o mesmo esteja disponível para uso.

As depreciações são consideradas no cálculo do cash-flow de exploração, isto porque, não correspondem, a fluxos de pagamento ou a uma efetiva saída de dinheiro por parte da instituição, representando uma reserva de capitais oculta que deve ser considerada para futuros investimentos.

[Handwritten signatures and initials]



Gastos de financiamento

O valor desta rubrica apresenta uma variação positiva de 5,47% (+3m€) face ao exercício de 2021.

Tal variação representa, por um lado, que foi possível manter - sem grandes variações - a estrutura de financiamento que a instituição detinha até então, por outro, que a reestruturação e/ou renegociação do passivo bancário – ocorrida nos anos transatos - foi concluída de forma positiva.

Aqui devem ser discriminados e detalhados os gastos e perdas de financiamento, os juros e outros gastos similares.

Resultado líquido do período.

Para o período económico findo em 31 de dezembro de 2022, a Santa Casa da Misericórdia da Chaves apresentou um resultado líquido negativo de 22.324,38€.

No entanto, tal representa uma variação positiva de 81,35% (+97m€) face ao exercício anterior, o que nos parece um ótimo indicador, tendo em conta que o objetivo principal - a que esta mesa administrativa se propôs - foi o de assegurar a promoção do crescimento económico de forma sustentada, num quadro de contas internas e externas equilibradas.



[Handwritten signature]

2. Perspetivas

Foi elaborado um plano de atuação, a desenvolver num horizonte de médio prazo, com vista a:

- ✓ Racionalizar a atividade corrente da entidade;
- ✓ Implementar um conjunto de investimentos de valor significativo, com a finalidade de proporcionar a efetivação daquela racionalização e ir ao encontro dos padrões de exigência da Segurança Social no contexto da qualidade do serviço que deve ser prestado.

[Handwritten signatures and initials: "cam.", "my", "ACB"]

Já está em curso a implementação daqueles investimentos e a melhoria da qualidade das instalações da Santa Casa, tudo investimentos indispensáveis ao prosseguimento da atividade dentro dos padrões que se exigem, para o que se contará com o apoio:

- De fundos públicos em condições de subsídio ao investimento não reembolsável, resultante de verbas inerentes a programas comunitários aplicáveis;
- Apoio bancário decorrente da predita consolidação do passivo;
- Apoio por parte do Município, à luz e no contexto de um Contrato Programa que foi celebrado a propósito em 2019.

Para além destas preocupações, de cariz estratégico, a Mesa Administrativa terá de adotar uma postura de muita cautela no domínio da gestão corrente, considerando o aumento significativo do valor do passivo total a que acima se aludiu, embora a maior parte dele seja de maturidade relativamente longa.

3. Proposta de aplicação de resultados

Propõe-se que o resultado líquido obtido no respetivo período, no valor de -22.324,38€, seja transferido para resultados transitados.



4. Nota final

Não queríamos deixar de expressar o nosso agradecimento – e reconhecimento – a todos os utentes, colaboradores, irmãos da Santa Casa e demais parceiros, pela cooperação e confiança que revelaram ao longo deste exercício.

Os órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, continuarão dedicados em espírito de missão ao serviço desta nobre Instituição.

Uma instituição de qualidade não impede as crises – económicas e - sociais que se geram no seu entorno, mas aumenta, certamente, a probabilidade de recuperar mais rapidamente e de continuar na trajetória que lhe permita atingir os objetivos a que se propõe.

Chaves, 14 de março de 2023



RELATÓRIO DE CONTAS

2022



1. CONTAS DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2022

- Nas contas agora apresentadas consta uma análise pormenorizada da situação económica e financeira da Santa Casa da Misericórdia e dos procedimentos contabilísticos e demais legislação aplicada:

- ✓ Balanço em 31 de dezembro de 2022
 - ✓ Demonstração dos Resultados por Naturezas
 - ✓ Demonstração de Fluxos de Caixa
-
- Anexo:
 - ✓ Identificação da entidade
 - ✓ Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
 - ✓ Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
 - ✓ Ativos fixos tangíveis
 - ✓ Custos de empréstimos obtidos
 - ✓ Inventários
 - ✓ Rendimentos e gastos
 - ✓ Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
 - ✓ Subsídios e outros apoios das entidades públicas
 - ✓ Instrumentos financeiros
 - ✓ Benefícios dos empregados
 - ✓ Acontecimentos após a data de balanço
 - ✓ Divulgações exigidas por outros diplomas legais
 - ✓ Outras divulgações



2. BALANÇO

Santa Casa da Misericórdia de Chaves Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.22	31.Dez.21
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5.4	9 416 370,70	7 921 970,86
Bens do património histórico e cultural	5.4	264 115,19	264 115,19
Investimentos financeiros	5.9.3	66 478,06	66 987,80
Outro créditos e ativos não correntes	5.9.4/5.13.2	4 500,00	4 500,00
Total do Ativo não corrente		9 751 463,95	8 257 573,85
Ativo corrente			
Inventários	5.6	7 660,20	18 574,82
Créditos a receber	5.13.2	82 692,10	72 341,14
Estado e outros entes públicos	5.13.3	123 536,22	47 514,04
Outros ativos correntes	5.13.2	373 436,20	1 382 556,19
Caixa e depósitos bancários	5.13.1	668 051,83	232 893,90
Total do Ativo corrente		1 255 376,55	1 753 880,09
Total do Ativo		11 006 840,50	10 011 453,94
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	5.9.1	40 538,18	40 538,18
Resultados transitados	5.9.1	-676 710,18	-660 556,02
Excedentes de revalorização	5.9.1/5.4	3 830 624,92	3 934 155,33
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	5.9.1/5.8	3 031 064,92	3 075 068,60
		6 225 517,84	6 389 206,09
Resultado líquido do período		-22 324,38	-119 684,57
Total dos Fundos patrimoniais		6 203 193,46	6 269 521,52
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	5.9.5	2 106 376,14	1 851 903,83
Outras dívidas a pagar	5.9.5	646 920,32	717 493,52
Total do Passivo não corrente		2 753 296,46	2 569 397,35
Passivo corrente			
Fornecedores	5.13.5	230 106,16	139 141,07
Estado e outros entes públicos	5.13.3	218 495,63	89 459,25
Financiamentos obtidos	5.9.5	346 724,48	101 670,51
Diferimentos	5.13.4	206 414,88	7 854,37
Outros passivos correntes	5.13.5	1 048 609,43	834 409,87
Total do Passivo corrente		2 050 350,58	1 172 535,07
Total do Passivo		4 803 647,04	3 741 932,42
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		11 006 840,50	10 011 453,94

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Chaves, 14 de março de 2023

Contabilista Certificado n.º 31187

A Mesa Administrativa



3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Santa Casa da Misericórdia de Chaves

Demonstração dos Resultados Individuais Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.22	31.Dez.21
Vendas e serviços prestados	5.13.6	1 769 613,28	1 863 204,21
Subsídios, doações e legados à exploração	5.13.7	2 728 527,46	2 563 556,02
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5.6.2	-83 061,30	-292 610,45
Fornecimentos e serviços externos	5.13.8	-1 097 744,76	-1 021 284,02
Gastos com o pessoal	5.13.9	-3 247 736,99	-3 084 377,53
Outros rendimentos e ganhos	5.13.10	184 586,72	148 331,82
Outros gastos e perdas	5.13.11	-19 000,73	-34 581,29
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		235 183,68	142 238,76
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5.4	-198 706,29	-206 170,62
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		36 477,39	-63 931,86
Juros e gastos similares suportados	5.5	-58 801,77	-55 752,71
Resultado antes de impostos		-22 324,38	-119 684,57
Resultado líquido do período		-22 324,38	-119 684,57

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Chaves, 14 de março de 2023

Contabilista Certificado n.º 31187

A Mesa Administrativa

Carlos Manuel da Costa Silva A63

Carla Fernanda dos Reis Botelho

Luís António de Jesus Gonçalves



4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Santa Casa da Misericórdia de Chaves

Demonstração de Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.22	31.Dez.21
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1 700 388,06	1 620 047,49
Recebimentos de subsídios		2 825 967,52	2 393 326,40
Pagamentos a fornecedores		-1 045 523,75	-1 385 307,19
Pagamentos ao pessoal		-2 215 598,39	-2 436 489,55
Caixa gerada pelas operações		1 265 233,44	191 577,15
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		259 887,12	-58 806,00
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		1 525 120,56	132 771,15
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-1 598 356,69	-356 012,84
Investimentos financeiros		-509,74	-515,43
		-1 598 866,43	-356 528,27
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		67 525,00	4 350,00
Outros ativos		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	1,04
		67 525,00	4 351,04
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		-1 531 341,43	-352 177,23
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		600 000,00	250 000,00
		600 000,00	250 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-100 473,72	-84 766,72
Juros e gastos similares		-58 147,48	-52 670,72
		-158 621,20	-137 437,44
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		441 378,80	112 562,56
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		435 157,93	-106 843,52
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		232 893,90	339 737,42
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.13.1	668 051,83	232 893,90

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Chaves, 14 de março de 2023

Contabilista Certificado n.º 31187

A Mesa Administrativa

Carlas Maria da Costa Silva
Carla Maria da Costa Silva
Mesa Administrativa



5. ANEXO

5.1 Identificação da Identidade.

5.1.1 Denominação da entidade.

Santa Casa da Misericórdia de Chaves, pessoa coletiva número 501429930.

5.1.2 Lugar da sede social.

Largo Caetano Ferreira, Concelho de Chaves, Distrito de Vila Real.

5.1.3 Natureza da atividade.

A Santa Casa da Misericórdia de Chaves é uma IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social - que desenvolve atividades de apoio social para pessoas idosas, com e sem alojamento, e de educação pré-escolar.

5.2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

5.2.1 Indicação do referencial contabilístico (NCRF- ESNL e outros normativos que tenham sido aplicadas nos termos do disposto no parágrafo 2.3 da NCRF -ESNL).

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o normativo contabilístico aplicável às entidades sem fins lucrativos (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

5.2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, não foram derrogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.



5.2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Considerando que a entidade não detém uma participação que consubstancie uma influência significativa (>20%) no controlo da Escola Profissional de Chaves bem como a sua política contabilística em relação a estes investimentos ser o custo menos perdas por imparidades, no presente ano não foi utilizado o Método de Equivalência Patrimonial na mensuração desta participação.

Importa referir que de acordo com este método, as participações financeiras são ajustadas após a data de aquisição (registadas inicialmente ao custo) pela quota-parte da entidade nos resultados das subsidiárias/associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período, e por alterações verificadas em outras rubricas de capitais próprios das subsidiárias/associadas, por contrapartida da rubrica «Ajustamentos em ativos financeiros», nos fundos patrimoniais.

Pelo acima descrito, foram efetuadas as respetivas regularizações nas rubricas de “Ajustamentos em ativos financeiros” e “Investimentos financeiros” por contrapartida da rubrica de “Resultados Transitados” por forma a que a participação reflita o seu custo menos quaisquer perdas por imparidade anteriormente reconhecidas.

5.3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

5.3.1. Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas tendo por base o modelo do custo histórico e de acordo com as seguintes bases de apresentação: pressuposto da continuidade, pressuposto do acréscimo, consistência de apresentação, materialidade e agregação, não compensação e informação comparável.



Handwritten signatures and initials:
A. 10/11
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]

b) Outras políticas contabilísticas.**Ativos fixos tangíveis**

No ano de 2010 a Instituição procedeu a uma reavaliação livre de alguns dos seus imóveis. Dessa reavaliação resultou um incremento no património da Santa Casa de 5.176 mil euros.

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida. Na data da transição para a NCRF-ESNL, 1 de janeiro de 2011, a mesa administrativa decidiu considerar o custo dos imóveis, o seu custo considerado a 31.12.2010.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Ainda não foi possível proceder à realização do trabalho conducente à identificação, titularidade e valorização do património da entidade e sua reconciliação com os registos contabilísticos. Assim, não foi ainda possível proceder à completa e correta valorização do património imobiliário da Instituição.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	até 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 6



As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quotas anuais durante as vidas úteis estimadas.

Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua prestação de serviço.

O método de custeio dos inventários adotado pela instituição é o FIFO.

Ativos e Passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período. No final de 2022 (e de 2021) a entidade não era titular deste tipo de instrumentos financeiros.

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Handwritten signatures and initials:
- Top right: A large signature.
- Middle right: "AA", "S", "cam", "my", "AG".
- Bottom right: "AG".



No final de cada ano, a entidade avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Nesta categoria incluem-se os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Crédito a receber e outras dívidas a receber

Os saldos de clientes, utentes e outras dívidas a receber são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Caixa e depósitos bancários.

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. São mensurados pelo seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados ao custo, ou seja, e em regra, pelo seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos.

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos na base do acréscimo.



Handwritten signature/initials

Rédito

O rédito compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da entidade, líquido de impostos, abatimentos e descontos.

A entidade reconhece rédito quando este possa ser razoavelmente mensurável e seja provável que a entidade obtenha benefícios económicos futuros.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Handwritten notes and signatures:
- A vertical line with a checkmark-like mark at the top.
- The word "com." written vertically.
- The word "my" written vertically.
- The initials "AB" at the bottom.

Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações/amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Provisões

São constituídas Provisões sempre que exista risco razoável de ocorrerem exfluxos monetários a partir da entidade num futuro previsível e o quantitativo de tais fluxos possa ser mensurado com fiabilidade.



Impostos sobre Rendimentos

Face ao seu reconhecimento como IPSS a entidade encontra-se isenta de IRC. Decorrente deste enquadramento, não são reconhecidos quaisquer impostos sobre lucros, havendo apenas uma exceção sem qualquer relevância.

Periodizações

Os seus rendimentos e gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Créditos a receber”, “Outros passivos correntes” e em “Diferimentos”.

Principais pressupostos relativos ao futuro.

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2022. Nestas condições, não têm lugar os riscos referidos em epígrafe, sendo que os riscos identificados na fase de preparação das contas de 2022 já nelas foram incorporados.

Principais fontes de incerteza das estimativas.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de



ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período, nomeadamente os relativos aos ativos fixos tangíveis (vidas úteis e métodos de depreciação), eventuais perdas por imparidade de créditos sobre terceiros e provisões.

5.3.2 Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Não existiram alterações nas políticas contabilísticas adotadas.

5.3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos no período corrente e/ou em períodos futuros.

5.3.4 Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

No ano ora relatado não se verificaram correções de erros de períodos anteriores com expressão material nas contas em apreço.

Handwritten signatures and initials:
A. J. J.
J. J.
C. J.
J. J.
A. J.
A. J.



5.4 Ativos fixos tangíveis

5.4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta classe de Ativos apresenta os seguintes movimentos:

31 de Dezembro de 2022

	Saldo em 01-Jan-22	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-22
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	503 737,89	0,00	0,00	0,00	0,00	503 737,89
Edifícios e outras construções	8 988 710,89	18 397,50	0,00	0,00	0,00	9 007 108,39
Equipamento básico	1 135 298,19	11 378,08	0,00	0,00	0,00	1 146 676,27
Equipamento de transporte	346 153,76	0,00	22 053,94	0,00	0,00	324 099,82
Equipamento administrativo	174 328,34	849,99	0,00	0,00	0,00	175 178,33
Outros ativos fixos tangíveis	145 716,81	0,00	0,00	0,00	0,00	145 716,81
Ativos fixos tangíveis em curso	438 858,85	1 875 656,73	213 176,17	0,00	0,00	2 101 339,41
	11 732 804,73	1 906 282,30	22 053,94	0,00	0,00	13 403 856,92
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	2 107 421,85	188 837,46	0,00	204,01	0,00	2 296 259,31
Equipamento básico	1 072 492,84	8 367,49	0,00	1 367,53	0,00	1 080 860,33
Equipamento de transporte	357 978,94	0,00	22 053,94	0,00	0,00	335 925,00
Equipamento administrativo	167 219,62	0,00	0,00	-759,08	0,00	167 219,62
Outros ativos fixos tangíveis	105 720,62	1 501,34	0,00	-812,46	0,00	107 221,96
	3 810 833,87	198 706,29	22 053,94	0,00	0,00	3 987 486,22
Ativo fixo tangível líquido	7 921 970,86					9 416 370,70

31 de Dezembro de 2021

	Saldo em 01-Jan-21	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-21
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	503 737,89	0,00	0,00	0,00	0,00	503 737,89
Edifícios e outras construções	8 970 472,66	18 238,23	0,00	0,00	0,00	8 988 710,89
Equipamento básico	1 135 298,19	0,00	0,00	0,00	0,00	1 135 298,19
Equipamento de transporte	346 153,76	0,00	0,00	0,00	0,00	346 153,76
Equipamento administrativo	174 328,34	0,00	0,00	0,00	0,00	174 328,34
Outros ativos fixos tangíveis	145 716,81	0,00	0,00	0,00	0,00	145 716,81
Ativos fixos tangíveis em curso	8 118,00	430 740,85	0,00	0,00	0,00	438 858,85
	11 283 825,65	448 979,08	0,00	0,00	0,00	11 732 804,73
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1 922 764,11	184 657,74	0,00	0,00	0,00	2 107 421,85
Equipamento básico	1 065 132,41	7 360,43	0,00	0,00	0,00	1 072 492,84
Equipamento de transporte	346 140,29	11 838,65	0,00	0,00	0,00	357 978,94
Equipamento administrativo	167 219,62	0,00	0,00	0,00	0,00	167 219,62
Outros ativos fixos tangíveis	103 406,82	2 313,80	0,00	0,00	0,00	105 720,62
	3 604 663,25	206 170,62	0,00	0,00	0,00	3 810 833,87
Ativo fixo tangível líquido	7 679 162,40					7 921 970,86

a) Quantia e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural.

Em 31 de dezembro de 2022 a instituição apresenta bens relacionados com o património histórico e cultural no valor de 264 115,19 euros.

De acordo com o normativo aplicável, NCRF-ESNL, estes bens não são objeto de depreciação.

Tal como referido na nota 5.3.1 b) Ativos fixos tangíveis, esta tipologia de bens não se encontra identificada, podendo a correspondente valorização não estar correta, pelo



que a contabilidade poderá não refletir convenientemente o valor deste agregado de bens.

5.4.2 Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos.

Ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos				
Imóveis	Forma de garantia	Passivo	Passivo	Beneficiário
		31/12/2022	31/12/2021	
Lar Vilairelho da Raia, prédio n.º 1024; Lar de Vidago, prédio n.º 1744; prédio urbano estrada de Verin - matriz n.º 350	Hipoteca	1 366 989,51	1 703 574,34	Crédito Agrícola
Prédio urbano, sito em Gafos, freguesia de Santa M.ª Maior, Chaves - U-1310	Hipoteca	350 000,00	0,00	Crédito Agrícola
Prédio urbano, sito em Gafos, freguesia de Santa M.ª Maior, Chaves - U-1310	Hipoteca	250 000,00	250 000,00	Centro Social e Paroquial de Chaves
		<u>1 966 989,51</u>	<u>1 953 574,34</u>	

5.4.3. Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:

a) A data de eficácia da revalorização.

Ver 5.3.1 b)

b) Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização.

Foi aplicado o valor de mercado dos vários ativos revalorizados.

c) Movimentos ocorridos no excedente de revalorização durante o período, com uma explicação do tratamento fiscal dos elementos nele contidos.

Pela realização do excedente de revalorização, via depreciações do exercício, esta rubrica registou uma redução de 103.530,41 euros.

d) A quantia escriturada no balanço que teria sido reconhecida se os ativos fixos tangíveis não tivessem sido revalorizados.



Se a revalorização não tivesse ocorrido, a quantia de Ativos fixos tangíveis escriturada no Balanço reportado a 31/12/2021 seria de 3 548 956,68 euros, ou seja, inferior em 3 934 155,33 euros relativamente aos 7 483 112,01 euros apresentados no Balanço.

5.5 Custos de empréstimos obtidos.

Os juros de empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto no período a que dizem respeito. Em 2022, o valor destes gastos ascendeu a 58 801,77 euros, quando em 2021 o seu valor tinha sido de 55 752,71 euros.

5.6 Inventários.

5.6.1 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.

A instituição em 31 dezembro 2022 e 2021 apresenta as seguintes quantias escrituradas nas contas de inventários:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Mercadorias	0,00	10.685,00
Matérias primas subsidiárias e de consumo	7.660,20	7.889,82
	<u>7.660,20</u>	<u>18.574,82</u>

5.6.2 Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.

O custo das mercadorias e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos 31 de dezembro 2022 e 2021 é detalhado conforme segue:



	31-Dez-22			31-Dez-21		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	7 889,82	10 685,00	18 574,82	11 605,24	11 321,00	22 926,24
Regularizações	0,00	-10 685,00	-10 685,00	0,00	21 823,06	21 823,06
Compras	82 831,68	0,00	82 831,68	92 084,03	174 451,94	266 535,97
Saldo Final	<u>7 660,20</u>	<u>0,00</u>	<u>7 660,20</u>	<u>7 889,82</u>	<u>10 685,00</u>	<u>18 574,82</u>
Custo das mercadorias	<u>83 061,30</u>	<u>0,00</u>	<u>83 061,30</u>	<u>95 799,45</u>	<u>196 911,00</u>	<u>292 710,45</u>

Handwritten signatures and initials, including a large signature at the top right and several others below it, some with dates like '2023'.

5.7 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não existem ativos contingentes. Contudo, a propósito do Contrato Programa celebrado com o Município de Chaves, já devidamente retratado, a entidade deverá receber até ao final do ano de 2029 o valor de 455.000€, recebimento esse que sucederá em tranches anuais.

O direito a receber aquele montante global por parte da entidade não se encontra refletido na contabilidade da mesma, por se entender que tal recebimento está dependente do cumprimento de certos requisitos por parte desta à medida que os anos forem decorrendo, até 2029.

5.8 Subsídios e outros apoios das entidades públicas.

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.

Estes subsídios, reconhecidos pela Instituição em Fundos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são detalhados conforme segue:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Piddac	854 356,35	886 656,75
Igreja Misericórdia	13 605,60	14 140,20
Comp. Pública Nacional	127 477,78	131 478,50
FEDER	223 895,87	231 063,83
NORTE-07-4842-FEDER	<u>1 481 729,32</u>	<u>1 481 729,32</u>
	<u>2 701 064,92</u>	<u>2 745 068,60</u>



No ano corrente foi imputado ao rendimento do período o montante de 44.003,68€.

5.9 Instrumentos financeiros

5.9.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.

Fundos

Esta rubrica não sofreu qualquer alteração no exercício de 2022.

Excedentes de Revalorização

Esta rubrica inclui reavaliações livres ao nível de Ativos Fixos Tangíveis realizadas em exercícios anteriores.

Pela realização do excedente de revalorização, via depreciações do exercício, esta rubrica registou uma redução de 103.530,41 euros, tal como já mencionado em 5.4.3 c), e teve como contrapartida a rubrica de “Resultados Transitados”.

Resultados Transitados

Além do movimento acabado de referir, o outro movimento com impacto na rubrica “Resultados Transitados” foi a transferência do Resultado Líquido do Exercício de 2021, no montante de (119 684,57) euros.

Outras variações nos fundos patrimoniais

Esta rubrica inclui os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis no montante de 2 701 064,92 euros (ver também nota 5.9 Subsídios e outros apoios das entidades públicas) e o reconhecimento da participação financeira na Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega no valor de 330 000,00 euros.



Resultado líquido do período

O resultado líquido do período de 2022 é de -22 324,38€, enquanto o do período de 2021 foi de -119 684,57, euros.

5.9.2 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

a) Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos.

A instituição tem dívidas com pagamento para além do período de cinco anos. Essas dívidas são:

- Financiamentos junto do Crédito Agrícola e caixa Geral de Depósitos.
 - » Valor total da dívida em 31/12/2022 resultante dos financiamentos, 2 203 100,62 €;
 - » Valor a pagar para além do período de cinco anos: 991 573,92 €
- Dívida à Segurança Social resultante de uma Ação Inspetiva:
 - » Valor da dívida à Segurança Social em 31/12/2022 é de 757 444,07 €
 - » Valor a pagar para além do período de cinco anos: 435 200,72 €

b) Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade, e indicação da natureza e da forma dessas garantias.

As únicas dívidas da instituição nestas condições são as mencionadas em 5.4.2.

A natureza e a forma das garantias prestadas a respeito dessas dívidas com reporte a 31/12/2022 consubstanciam-se em hipotecas sobre:

- ✓ Prédio urbano estrada Verin-matriz n.º 350: **496 648,08 euros;**
- ✓ Lar Vilarelho da Raia, prédio n.º 1024: **177 979,42 euros;**
- ✓ Lar de Vidago, prédio n.º 1744: **1 409.017,80 euros;**
- ✓ Prédio urbano, sito em Gafos, freguesia de Santa Maria Maior, Chaves - U-1310:

311 584,75 euros.



5.9.3 Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.

Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega - Posição no final de 2022
(com base na informação financeira a 31 de dezembro de 2021)

Valor bruto do investimento

Investimentos noutras empresas	
Partes de Capital	330 000,00

Valor global da imparidade

Perdas por imparidade	281 700,41
-----------------------	------------

Outros Investimentos Financeiros

Fundos de Compensação do Trabalho	16 552,19
Fundo de Reestruturação do Setor Solidário	1 626,28

5.9.4 Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

Outros créditos.

A instituição apenas tem reconhecidas dívidas de terceiros superiores a um ano no valor de 4.500 euros. Este montante representa a caução prestada pela instituição à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no âmbito da atividade que desenvolve como mediador dos Jogos Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

5.9.5 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

Dívidas a instituições de crédito.



As dívidas com duração residual superior a um ano são as que decorrem dos financiamentos bancários e podem ser desdobradas como se segue:

	31-Dez-22		31-Dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários – Crédito Agrícola	1 607 336,14	345 764,48	1 601 903,83	101 670,51
Empréstimos bancários – C.G.D	249 040,00	960,00	0,00	0,00
Outros financiadores	250 000,00	0,00	250 000,00	0,00
I.G.F.S. Social	646 920,32	70 573,20	717 493,22	70 573,20
	<u>2 753 296,46</u>	<u>417 297,68</u>	<u>2 569 397,05</u>	<u>172 243,71</u>

5.10 Benefícios dos empregados.

- a) Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras;

A instituição em 31 dezembro 2022, tinha os seguintes funcionários:

	31-dez-22
Estágios profissionais	2
Processos MAREESS	4
CEI+ (contrato emprego inserção +)	3
Independentes	4
Dependentes	234
Total	<u>247</u>



5.11 Acontecimentos após a data de balanço.

Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

A guerra entre a Ucrânia e a Rússia continua a ter repercussões impactantes na estrutura económico-financeira mundial, afetando as condições de funcionamento e financiamento das instituições públicas e privadas, designadamente quanto às alterações de preços nos mercados dos fatores energéticos e das matérias-primas, não sendo, neste momento, possível fazer a quantificação dos seus efeitos na sua atividade de exploração em 2023.

O fenómeno inflacionista esta a ter um impacto brutal na vida quotidiana uma vez que influencia o consumo, a poupança e os investimentos.

O que estamos a assistir atualmente consiste no aumento generalizado dos preços de bens e produtos.

5.12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Existem, de facto, dívidas à Segurança Social de valor bastante avultado, cujo valor não foi totalmente pago de uma só vez, encontrando-se a ser pagas em prestações na base de planos de pagamento aprovados por este organismo.



5.13 Outras divulgações.

5.13.1 Caixa e depósitos bancários.

Todos os valores apresentados em caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.
A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é feita de
seguida:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	661 971,05	224 961,23
Caixa e seus equivalentes	4 080,78	1 932,67
Outros equivalentes de caixa	<u>2 000,00</u>	<u>6 000,00</u>
	<u>668 051,83</u>	<u>232 893,90</u>

5.13.2 Créditos a receber e outros ativos correntes.

Em 31 dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>31-Dez-22</u>		<u>31-Dez-21</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
IEFP	0,00	60 683,46	0,00	24 932,82
Devedores diversos	0,00	6 640,14	0,00	7 011,34
Caução Santa Casa M. Lisboa	4 500,00	0,00	4 500,00	0,00
Santa Casa M. Lisboa (lotarias Instantâneas)	0,00	10 345,00	0,00	0,00
Devedores Diversos - Segurança Social	0,00	6 432,50	0,00	9 960,43
Devedores por acrésc. Rend. - Seg. Social	0,00	12 746,15	0,00	7 277,68
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00	0,00	39,55
Clientes e utentes	0,00	82 692,10	0,00	72 341,14
NORTE-07-4842-FEDER	0,00	276 588,95	0,00	1 333 334,37
	<u>4 500,00</u>	<u>456 128,30</u>	<u>4 500,00</u>	<u>1 454 897,33</u>



5.13.3 Estado e Outros Entes Públicos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentam a seguinte composição:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Ativo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	123 536,21	47 514,04
	<u>123 536,11</u>	<u>47 514,04</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	14 614,83	12 730,83
Segurança Social	82 829,69	76 323,69
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	120 516,11	0,00
Fundos compensação do trabalho	535,00	404,73
	<u>218 495,63</u>	<u>89 459,25</u>

5.13.4 Diferimentos

Em 31 dezembro de 2022 e 2021, a rubrica do ativo de “Diferimentos” apresenta a seguinte composição:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Diferimentos (Passivo)		
IEFP	82 411,07	7 854,37
IGFSS (acordos cooperação)	124 003,81	0,00
	<u>206 414,88</u>	<u>7 854,37</u>

**5.13.5 Fornecedores e outros passivos correntes.**

Em 31 dezembro de 2022 e 2021 as rubricas de "Fornecedores", "Outras dívidas a pagar" e de "Outros passivos correntes" apresentam a seguinte composição:

Fornecedores e outras dívidas a pagar

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Fornecedores c/c	230 106,16	139 141,07
	<u>230 106,16</u>	<u>139 141,07</u>

Outros passivos correntes

	<u>31-Dez-22</u>		<u>31-Dez-21</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Pessoal	0,00	305,06	0,00	68,96
Remunerações a liquidar	0,00	459 245,92	0,00	429 023,90
Fornecedores de investimento	0,00	360 130,21	0,00	180 746,72
Juros a liquidar	0,00	6 215,95	0,00	5 566,41
Reposições Segurança Social	0,00	105 541 ,97	0,00	116 018 ,18
Segurança Social- Juros Mora	0,00	3.095,94	0,00	6.191,88
Provisões	0,00	36.854,61	0,00	36.854,61
Sindicatos	0,00	524,64	0,00	532,01
Depósitos de utentes	0,00	10 582,21	0,00	10 582,21
Credores diversos	0,00	20 160,26	0,00	20 408,63
Eletricidade a liquidar	0,00	4 553,48	0,00	7 747,33
Gás a liquidar	0,00	34 692,11	0,00	19 185,53
Água a liquidar	0,00	639,91	0,00	376,50
Condomínios	0,00	466,92	0,00	0,00
Comunicação	0,00	1 015,18	0,00	0,00
Serviços bancários	0,00	220,32	0,00	0,00
Seguros a liquidar	0,00	1 065,97	0,00	0,00
Despesas diversas	0,00	3 298,77	0,00	1 107,00
	<u>0,00</u>	<u>1 048 609,43</u>	<u>0,00</u>	<u>834 409,87</u>



5.13.6 Rédito.

O rédito reconhecido pela instituição em 31 dezembro de 2022 e 2021 é detalhado conforme se segue:

	31-Dez-22			31-Dez-21		
	Utentes	Outros	Total	Utentes	Outros	Total
Quotas	13 445,00	0,00	13 445,00	13 385,00	0,00	13 385,00
Mensalidades utentes	1 659 123,66	0,00	1 659 123,66	1 538 480,05	0,00	1 538 480,05
Serviços Secundários	76 994,69	0,00	76 994,69	92 291,67	0,00	92 291,67
Vendas:						
Fraldas	23 299,39	0,00	23 299,39	22 222,49	0,00	22 222,49
Medicamentos	49,31	0,00	49,31	14,00	0,00	14,00
Outras	0,00	0,00	0,00	196 811,00	0,00	196 811,00
Descontos e abatimentos	-3 298,77	0,00	-3 298,77	0,00	0,00	0,00
	1 769 613,28	0,00	1 769 613,28	1 863 204,21	0,00	1 863 204,21

5.13.7 Subsídios.

Durante os exercícios de 2022 e 2021, a instituição beneficiou dos seguintes subsídios à exploração

	31-Dez-22	31-Dez-21
Centro Regional Segurança Social		
Infância e Juventude	1 017 452,65	927 328,24
Terceira Idade	1 415 900,75	1 323 388,62
IEFP	58 491,33	105 865,26
Outras Entidades Públicas	236 682,73	206 973,90
	2 728 527,46	2 563 556,02

As participações do Centro Regional de Segurança Social estão relacionadas com os vários serviços prestados à comunidade pela instituição e são definidos de acordo com o número de utentes dos serviços participados por esta entidade.



5.13.8 Fornecimentos e serviços externos.

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 dezembro 2022 e 2021 é detalhada conforme se segue:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Subcontratos	585 576,51	582 439,54
Serviços especializados	131 054,43	131 267,46
Materiais	27 854,37	29 691,03
Energia e fluídos	291 890,92	219 142,89
Deslocações, estadas e transportes	1 441,65	1 677,35
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	27 374,16	26 591,34
Comunicação	16 160,70	11 038,58
Seguros	11 289,11	11 617,75
Contencioso e notariado	871,58	1 255,23
Despesas de representação	37,50	62,70
Limpeza, higiene e conforto	1 694,76	5 081,79
Outros serviços	2 499,07	1 418,36
	<u>1 097 744,76</u>	<u>1 021 284,02</u>

5.13.9 Gastos com o pessoal.

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 dezembro 2022 e 2021 é detalhada conforme se segue:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Remunerações do pessoal	2 656 888,69	2 529 792,56
Encargos sobre remunerações	555 312,02	518 624,35
Seguros	28 932,19	27 381,92
Outros gastos com pessoal	6 604,09	8 578,70
	<u>3 247 736,99</u>	<u>3 084 377,53</u>

**5.13.10. Outros rendimentos.**

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 dezembro 2022 e 2021 é conforme segue:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Rendas	3 223,62	5 656,96
Subsídios ao investimento	61 503,68	44 003,68
Donativos	30 836,11	53 259,17
Outros rendimentos e ganhos	89 023,31	45 409,93
Juros	0,00	1,04
	<u>184 586,72</u>	<u>148 330,78</u>

5.13.11. Outros gastos.

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 dezembro 2022 e 2021 é conforme segue:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Impostos	2 253,31	4 402,86
Correções relativas per. anteriores	823,74	23 189,63
Quotizações	1 670,00	1 320,00
Outros gastos	14 253,68	5 668,80
	<u>19 000,73</u>	<u>34 581,29</u>

Chaves, 14 de março de 2023

Hélder Ferreira

Contabilista Certificado n.º 31187



Santa Casa da Misericórdia de Chaves
Largo Caetano Ferreira - Apartado 70
5400-136 Chaves CAE: 934200 NIF: 501429930

Folha 30

Ata do Conselho Fiscal

Aos catorze dias do mês de março do ano dois mil e vinte e três, pelas catorze horas e trinta minutos, teve início uma reunião do Conselho Fiscal/Definitório, em que estiveram presentes Jorge Melo, Vítor Dias, Fernando Ramos, Pedro Branco Teixeira e Júlio Nascimento, contando ainda com a presença do Contabilista Certificado Hélder Ferreira..-----

O Presidente do Conselho Fiscal, no uso da palavra, fez uma breve síntese na qual manifestou conforto na evolução dos dados económico/financeiros apresentados, respeitantes ao último exercício, bem assim como a sua evolução nos quatro últimos exercícios.-----

Referiu que, de facto, é de registar uma evolução equilibrada nas contas apresentadas, sendo digna de referência a boa evolução no controlo dos custos que, conjuntamente com a evolução da receita, conseguem acomodar o total dos custos operacionais.-----

Recomenda-se, contudo, que, para evitar comprometer os meios libertos da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, a operacionalização do Lar Pe. Justino Magalhães seja viabilizada urgentemente, assim como o acompanhar a evolução das taxas diretoras dos empréstimos de M/Longo Prazo assumidos.-----

Face ao referido, decidiu o Conselho Fiscal , por unanimidade, propor á assembleia Geral que delibere no sentido de atribuir um voto de louvor à Mesa Administrativa, na pessoa do seu Provedor, Cor. Jorge Pinto de Almeida, pelo excelente desempenho na atividade desenvolvida no último mandato.-----

Desta forma, o Conselho Fiscal emitiu o seguinte Parecer:-----

Parecer

Somos de parecer favorável à aprovação do Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2022, uma vez que os documentos se encontram de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis.-----

Não havendo nada mais a tratar, deu-se por encerrada a sessão pelas dezassete horas, da qual foi lavrada a presente ata que será assinada pelo Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Chaves.-----



Santa Casa da Misericórdia de Chaves
Largo Caetano Ferreira - Apartado 70
5400-136 Chaves CAE: 934200 NIF: 501429930

Folha 31

O Presidente

O Vogal Efetivo

O Vogal Efetivo

O Vogal Suplente



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 11.006.841 euros e um total de capital próprio de 6.203.193 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 22.324 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião com reservas

A Santa Casa não dispõe de um cadastro dos ativos fixos tangíveis que permita efetuar uma verificação quantitativa e qualitativa dos bens que integram o património imobiliário e mobiliário da Instituição e se os bens sujeitos a registo se encontram todos identificados e registados na Conservatória do Registo Predial. Por tal facto, não nos foi possível concluir quanto à integralidade do valor das rubricas de “Ativos Fixos Tangíveis” e “Bens do património histórico e cultural” evidenciadas no ativo da entidade pelo valor global de € 7.579.146,48 bem como acerca da razoabilidade da rubrica de “Excedentes de Revalorização” evidenciada nos fundos patrimoniais da entidade pelo valor de € 3.830.624,92 e conseqüentemente quanto à razoabilidade do montante de € 198.706,29 relativo ao saldo da rubrica “Depreciações do exercício” que consta da Demonstração de Resultados.

A rubrica de subsídios ao investimento apresenta um saldo de € 2.701.064,92, para a qual não nos foi possível obter evidência sobre a razoabilidade de saldos no valor de € 1.219.335,60, quer pela ausência de contratos de investimento, quer por não nos ter sido possível verificar os fluxos financeiros subjacentes. Admitimos, no entanto, que se trate de subsídios com particular antiguidade, cujos processos de suporte não estejam adequadamente instruídos e catalogados e cuja relevação contabilística nunca tenha sido feita em conformidade com o normativo contabilístico aplicável, ou seja, a imputação sistemática a resultados de acordo com o plano de depreciações dos ativos subjacentes.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos



dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

Pelo facto de não nos ter sido solicitado o Parecer sobre o Plano de atividades e Orçamento para 2022, conforme estabelecido na alínea b) do n.º 1 do art.º 14 do Decreto-lei n.º 172-A, de 14 de novembro, não pudemos pronunciar-nos sobre eventuais condicionalismos que tivessem afetado a execução orçamental.

A entidade tem vindo a apresentar resultados negativos evidenciando um desequilíbrio estrutural entre gastos e rendimentos que provocou um desequilíbrio financeiro que se impõe corrigir com a maior urgência, quer pela via da racionalização/diminuição dos gastos (controlo orçamental), quer pela via do aumento dos rendimentos através de novos acordos.

Anotamos o facto da entidade, nas aquisições de bens e serviços que efetua, estar sujeita às disposições normativas previstas no n.º 2 do art.º 2.º do Código dos Contratos Públicos, em virtude de o total de rendimento ser maioritariamente assegurado por recursos públicos (subsídios à exploração).

O facto de estarmos a viver uma fase de enorme instabilidade, inicialmente provocada pela pandemia COVID-19 seguida da invasão da Ucrânia pela Rússia, a qual veio acelerar o fenómeno inflacionista que tinha apresentado sinais de crescimento no último trimestre de 2021 e que, em 2022, atingiu a cifra de 9,6% o que torna tudo mais incerto, tendo repercussões impactantes na estrutura económico-financeira mundial, afetando as condições de funcionamento e financiamento das instituições públicas e privadas, não sendo, neste momento, possível fazer a quantificação dos seus efeitos na atividade de exploração de 2023.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova

de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

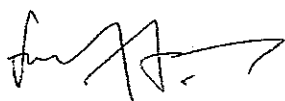
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Bragança, 14 de março de 2023



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda.